TL 4534

RESISTÊNCIA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE TIMOR-LESTE
RENETIL

Depoimento apresentado no Seminário de Debates sobre "Timor-Leste a Caminho do Autogoverno e da Autodeterminação, Lisboa, 9 a 11 de Outubro de 1998

APOIO AO TRABALHO DOS QUADROS TIMORENSES E À SUA FORMAÇÃO; A SUA IMPORTÂNCIA NA PREPARAÇÃO PARA O AUTO GOVERNO

Ao falarmos sobre o *«Apoio ao Trabalho de Formação dos Quadros Timorenses e à sua importância na Preparação para o Autogoverno»* é necessário fazer uma retrospecção do trajecto até hoje realizado.

Em 1974 os timorenses acolheram a Revolução dos Cravos em Portugal com muita alegria pois pensaram que era chegado o fim de todo o sofrimento. Infelizmente, a evolução dos acontecimentos socio-políticos transformou todas as expectativas na catástrofe e tragédia que todos sabemos. O ambiente de euforia política que se criou em Timor Leste cedo descambou em campanhas políticas negativas que terminaram numa curta guerra civil. A cultura política da democracia não era bem conhecida pela comunidade timorense, tendo como tal sido, um dos factores que contribuíram para a radicalização de posições que provocaram a guerra civil.

Ninguém nega que a política é caracterizada pelo conflito, pela contradição e pela diferença. Mas isso não significa impossibilidade de consenso ou acordo. É possível alcançar formas e condições de acordo quando a prática do entendimento é obtida pelo diálogo, que serão sempre parciais e provisórias ou que por vezes nem resultem num acordo, uma vez que o consenso se baseia, necessariamente, em actos de marginalização. Nos anos 70, os dirigentes políticos não conseguiram um verdadeiro

consenso político devido a imaturidade política, a inexperiência e ao racismo intelectual. Por isso, muitas vezes, quase todos impunham, as suas vontades, uns aos outros sob as pontas das armas. Nenhum deles içou verdadeiramente a bandeira de **Diálogo, Unidade** e **Contributo**.

Uma independência total e completa não se traduz apenas na obtenção de uma bandeira, de um hino nacional, de um edifício sede de parlamento com deputados, de um governo com primeiro ministro e ministros, é igualmente importante dar atenção à qualidade da vida e ao respeito dos valores culturais e humanos. Se ignorarmos esses aspectos não conseguiremos formar um autogoverno forte que lidere a sociedade timorense para a prosperidade e bem estar.

Todos nós estamos conscientes de que um dos factores que provocou a guerra civil foi a falta de recursos humanos e a incapacidade dos dirigentes políticos aquando da Revolução de 25 de Abril.

Depois de duas décadas de ocupação Indonésia, não se pode dizer que os timorenses não preocupam com a problemática da formação. Foram criadas instituições que atestam esta preocupação. As fundações como Fundação Borja da Costa, Fundação Paz e Democracia Monsenhor Martinho da Costa Lopes e Fundação Boaventura são um exemplo. A Fundação Borja da Costa embora com certas dificuldades financia os estudos de alguns timorenses em Portugal. As duas últimas fundações foram criadas recentemente. A Fundação Boaventura, foi fundada no ano passado, e tem como principal objectivo apoiar financeira e pedagógicamente a formação dos quadros timorenses em Timor-Leste e na Indonésia. Actualmente financia apenas três estudantes universitários finalistas a estudar na Indonésia. Estas fundações têm imensas dificuldades em financiar a formação dos quadros timorenses porque os seus recursos dependem totalmente dos benfeitores. Além do mais a obtenção destes apoios também não é evidente. Desde 1992 que temos levado a cabo campanhas com o fim de obtenção de apoios financeiros para apoiar centenas de estudantes

universitários que estudam na Indonésia e cujas bolsas atribuídas pelo Governo Indonésio se encontram suspensas. No entanto nunca obtivemos respostas positivas. Muitos destes estudantes regressaram a Timor-Leste sem um único diploma na mão.

Os timorenses têm recursos naturais suficientes que lhes permitem a obtenção de financiamentos na sua formação, mas hoje não nos é possível explorá-los e beneficiar dos mesmos porque estão sob o controle da Indonésia.

A ocupação Indonésia, embora caracterizada de assassínios e colonialista, já formou quase mil licenciados timorenses em diferentes àreas, todos sabemos que o fez obedecendo a um objectivo político, isto é, legitimar a política da anexação. Portugal, pelo contrário, formou quase nada durante 5 sécs. de presença. Até a data apenas formaram um número muito reduzido quando comparados com a politica implementada pelo regime Indonésio. Infelizmente, a Potência Administrante tem-se movido muito lentamente nesta área. Será viável a utilização da língua Portuguesa em Timor Leste como língua oficial se apenas um pequeno número da élite política timorense fala português? Este é um grande desafio para Portugal como Potência Administrante. Se antes de 25 de Abril todos atribuiamos a culpa ao regime de Salazar, hoje a quem se deve atribuír esta culpa? Somos todos culpados. A Resistência na diáspora ao longo de 23 anos pouco fez para formar os seus homens porque a sua atenção se concentrou totalmente nas actividades políticas e diplomáticas. A indonésia investiu muito, mas sempre com um objectivo político. Quando soubessem que um estudante se envolvia em actividade política que contestasse a ocupação, a bolsa de estudo era imediatamente suspensa. Portugal que está em boas condições dá a impressão de que pouco preocupa na área de formação dos quadros. Existe um número muito reduzido de timorenses que conseguiram concluir o curso superior em Portugal e outros nem conseguiram tirar o liceu porque não têm capacidade económica para financiar os seus estudos. Não

obstante, esta lentidão, já há alguns esforços da parte de Portugal mas são ainda muito pouco. O Governo Português deve criar mais condições e investir mais nesta área.

Falamos sobre o apoio ao trabalho dos quadros timorenses e à sua formação, e a sua importância na preparação para o autogoverno isto significa apoiar todos os timorenses onde quer que se encontrem, seja em Timor-Leste ou na Indonésia. Não é justo nem suficiente apoiar apenas a formação de uma minoria timorense que se encontra em Portugal, ignorando a maioria absoluta que se encontra em Timor Leste e na Indonésia.

Reconhecemos os trabalhos feitos pelas associações e instituições portuguesas que nos últimos anos têm apoiado a formação dos timorenses em Portugal. Reconhecemos também o grande empenho de Portugal na defesa da causa de Timor em todas os fora internacionais. O financiamento das actividades diplomáticas da resistência continua vital mas é igualmente vital e urgente preparar os recursos humanos. Só com uma boa preparação de quadros timorenses é que se pode viabilizar o progresso e desenvolvimento em Timor Leste por um lado e por outro evitar os erros do passado.

O Governo Português na qualidade de Potência Administrante e no contexto da União Europeia deve obrigatóriamente desenvolver esforços para angariar e criar um fundo especial para a formação dos quadros timorenses. Um fundo destinado à formação de quadros técnico-profissional e académico. Pois estas, são as vertentes que constituem o alicerce e a chave de sucesso de um futuro autogoverno. Os fundos poderão ser canalizados através de associações ou fundações timorenses e portuguesas que têm trabalhado na área da formação tanto em Portugal como em Timor-Leste e Indonésia.

Esta responsabilidade na formação dos quadros timorenses também cabe a responsabilidade dos países da região Ásia-Pacífico na qual se insere Timor Leste. Existem actualmente timorenses a estudar na Nova Zelandia,

principalmente na obtenção de mestrados. Embora seja um número ainda muito reduzido, é no entanto, uma demonstração prática da forma como a Nova Zelandia apoia a formação dos quadros timorenses.

A formação tem um papel muito importante na potencialização dos recursos humanos e na preparação de cada timorense dentro da sociedade, isto é, além de a enriquecer com conhecimento geral, científico, além do "know-how" tecnológico, é também uma forma de libertá-los da injustiça e dos ismos que lhes guiam para o abismo e ignorância. A formação é importante porque através dela se consciêncializa cada cidadão no conhecimento dos seus próprios direitos e deveres. É com a formação que o cidadão beneficiará individualmente contribuindo assim directa ou indirectamente para o bem estar geral da sociedade.

A essência de um país que se autogoverne não reside apenas nos recursos naturais mas também nos recursos humanos, no investimento dedicado à formação nas diferentes àreas, níveis e dimensões, porque um autogoverno tem de ser formado e gerido por timorenses com diferentes formações. É pelo exposto, urgente criar mais e melhores condições de forma a facilitar a formação de quadros timorenses envolvendo todas as partes directamente envolvidas neste processo: os timorenses como os sujeitos que mais beneficiarão com a formação, o Governo Português como Potência Administrante que assumirá assim de forma inequívoca as suas obrigações históricas e políticas. A solidariedade nacional e internacional porque possuídora da experiência necessária a projectos desta natureza e porque se têm envolvido desde há muito neste processo.

Carlos da Silva Lopes
Secretário da DIGAREX